

07/1

ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL E O GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS PARA O
COMBATE AO NARCOTRÁFICO E À FARMACODEPENDÊNCIA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo dos Estados Unidos Mexicanos
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Conscientes de que o narcotráfico e a farmacodependência representam uma séria ameaça às estruturas políticas, econômicas e sociais, à saúde da sociedade e à tranquilidade pública;

Coincidindo na necessidade de proteger a vida e a saúde de seus respectivos povos contra os graves efeitos da farmacodependência, do narcotráfico e de seus delitos conexos, e reconhecendo que essas condutas devem ser combatidas de forma integral, em especial a prevenção e a redução da demanda ilícita de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, o controle da oferta, a suspensão do tráfico ilícito, o tratamento e a reabilitação;

Preocupados com o incremento do narcotráfico, a farmacodependência e seus delitos conexos como a lavagem de dinheiro, o crime organizado, o desvio de precursores químicos, o tráfico ilegal de armas e o tráfico de pessoas e bens;

Reconhecendo que o combate deste fenômeno requer a adoção e aplicação efetiva de leis estritas e modernas que permitam prevenir e sancionar esta conduta criminosa e seus delitos conexos, assim como a estruturação de órgãos de investigação e prestação de justiça eficientes e plenamente capacitados, que contem com os recursos humanos e materiais necessários para fazer face ao problema;

Dispostos a outorgarem-se a cooperação mútua necessária para combater efetivamente o narcotráfico e a farmacodependência e seus delitos conexos, em razão de suas características de fenômenos de natureza e alcance internacionais;

Animados pelo objetivo de que a cooperação a que se refere o presente Acordo deve complementar aquela que ambas as Partes Contratantes se outorgarão no cumprimento das obrigações internacionais que assumam conforme a Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas (doravante denominada "A Convenção") adotada em Viena, Áustria, em 20 de dezembro de 1988;

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1

Alcance do Acordo

1. O propósito do presente Acordo é promover a cooperação entre as Partes Contratantes a fim de que possam combater com maior eficácia o narcotráfico, a farmacodependência e seus delitos conexos, como a lavagem de dinheiro, o crime organizado, o desvio de precursores químicos, o tráfico ilegal de armas e o tráfico de pessoas e bens, fenômenos que transcendem as fronteiras de ambas as Partes.
2. As Partes Contratantes cumprirão suas obrigações derivadas do presente Acordo conforme os princípios de autodeterminação, não intervenção em assuntos internos, igualdade jurídica e respeito à integridade territorial dos Estados.
3. Uma Parte Contratante não exercerá no território da outra Parte Contratante competências ou funções que correspondam exclusivamente às autoridades desta outra Parte Contratante, conforme seu direito interno e soberania nacional.

ARTIGO II

Âmbito de Cooperação

1. As Partes Contratantes tomarão as medidas de cooperação necessárias para dar pleno efeito, entre ambas e de maneira mais eficaz, às obrigações que assumam conforme a Convenção e procurarão realizar a referida cooperação, na medida do possível, conforme os objetivos e recomendações da mesma.

2. A designação e aplicação de recursos humanos, financeiros e materiais necessários para a execução de programas concretos em matéria de combate ao narcotráfico e à farmacodependência, cujas ações serão realizadas em um marco de co-responsabilidade, serão definidas em cada caso pelas Partes Contratantes, na medida de suas possibilidades orçamentárias.

3. Em atenção ao disposto no Artigo I, a cooperação a que se refere o presente Acordo procurará realizar programas, em cada um dos Estados, destinados a:
 - a) reduzir a demanda ilícita de entorpecentes e substâncias psicotrópicas mediante atividades de prevenção, tratamento e informação pública;
 - b) estabelecer sistemas eficazes de intercâmbio de informações em matéria de combate ao narcotráfico, à farmacodependência e seus delitos conexos, como a lavagem de dinheiro, o crime organizado, o desvio de precursores químicos, o tráfico ilegal de armas e o tráfico de pessoas e bens, com absoluto respeito à competência das autoridades nacionais;
 - c) analisar as possibilidades de treinamento dos recursos humanos para reforçar as ações integrais de luta contra o narcotráfico, através de cursos, seminários e congressos de capacitação;
 - d) de maneira geral, todas aquelas atividades que se considerem pertinentes para alcançar uma melhor cooperação entre as Partes Contratantes.

ARTIGO III

Mecanismo de Cooperação

Para os efeitos do Artigo II deste Acordo, as Partes Contratantes concordam em estabelecer um Comitê Brasil-México de Cooperação contra o Narcotráfico, a Farmacodependência e seus Delitos Conexos (doravante denominado "o Comitê").

ARTIGO IV

Composição do Comitê Brasil-México de Cooperação

1. O Comitê será integrado pelas autoridades que as Partes Contratantes designem.
2. No caso da República Federativa do Brasil as autoridades que integrarão o Comitê serão o Conselho Federal de Entorpecentes (CONFEN), o Departamento de Polícia Federal (DPF) e o Ministério das Relações Exteriores.
3. No caso dos Estados Unidos Mexicanos as autoridades que integrarão o Comitê serão a Secretaria de Relações Exteriores e a Procuradoria Geral da República.
4. As autoridades de ambas as Partes Contratantes poderão solicitar das instituições públicas e privadas dos seus respectivos Estados relacionadas com a matéria do presente Acordo, a prestação de assessoria especializada e a assistência técnica que delas se requeiram.

ARTIGO V

Funções do Comitê

1. O Comitê terá como função principal formular, mediante consenso das autoridades de ambas as Partes Contratantes, recomendações aos respectivos Governos sobre a maneira mais efetiva para realizar a cooperação e para tornar eficazes as obrigações assumidas pelo presente Acordo, conforme a Convenção e os objetivos recomendados para tal propósito.

2. Cada autoridade submeterá as recomendações do Comitê a seus respectivos Governos.

3. No desempenho de sua função principal, o Comitê realizará outras funções complementares para promover, no âmbito do combate ao narcotráfico e à farmacodependência, a aplicação mais eficaz de outros instrumentos convencionais de caráter bilateral vigentes entre as Partes Contratantes e os que se adotem no futuro, incluindo os referentes à extradição, assistência mútua em matéria legal e execução de sentenças penais. As referidas funções serão realizadas conforme o estabelecido no parágrafo 1 deste Artigo.

ARTIGO VI Reuniões do Comitê

1. O Comitê se reunirá em lugar e data que, pela via diplomática, determinem as autoridades, devendo cada Parte Contratante ser alternativamente sede das referidas reuniões.

2. Durante suas reuniões, o Comitê aprovará seus informes e todas as suas recomendações e decisões acordadas pelas autoridades.

ARTIGO VII Entrada em Vigor

O presente Acordo entrará em vigor na data em que os Governos das Partes Contratantes notifiquem, por via diplomática, o cumprimento de todos os requisitos de seus respectivos ordenamentos jurídicos internos.

ARTIGO VIII Duração e Término do Acordo

O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer uma das Partes Contratantes, mediante comunicação, por escrito e por via diplomática. Neste caso, o Acordo terminará 4 (quatro) meses depois da data de entrega da referida comunicação.

ARTIGO IX

Revisão

As Partes Contratantes poderão revisar as disposições do presente Acordo e as modificações ou emendas resultantes entrarão em vigor de conformidade com o Artigo VII.

Em fê do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, firmam o presente Acordo.

Feito na Cidade do México, em 18 de novembro de 1996, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

Sebastião do Rego Barros
Secretário-Geral
das Relações Exteriores


PELO GOVERNO DOS
ESTADOS UNIDOS MEXICANOS

Rafael Estrada Sámano
Subprocurador Jurídico da
Procuradoria Geral da República

**ACUERDO ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA FEDERATIVA
DEL BRASIL Y EL GOBIERNO DE LOS ESTADOS UNIDOS
MEXICANOS SOBRE COOPERACION PARA COMBATIR EL
NARCOTRAFICO Y LA FARMACODEPENDENCIA**

El Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos (en adelante denominados "las Partes");

CONSCIENTES de que el narcotráfico y la farmacodependencia representan una seria amenaza a las estructuras políticas, económicas y sociales, a la salud de la sociedad y a la tranquilidad pública;

COINCIDIENDO en la necesidad de proteger la vida y la salud de sus respectivos pueblos de los graves efectos de la farmacodependencia, el narcotráfico y sus delitos conexos y reconociendo que estas conductas deben combatirse de forma integral, en especial la prevención y reducción de la demanda ilícita de estupefacientes y sustancias sicotrópicas, el control de oferta, la suspensión del tráfico ilícito, el tratamiento y la rehabilitación;

PREOCUPADOS por el incremento del narcotráfico, la farmacodependencia y sus delitos conexos como el lavado de dinero, el crimen organizado, el desvío de precursores químicos, el tráfico ilegal de armas y el tráfico de personas y bienes;

RECONOCIENDO que el combate de este fenómeno requiere de la adopción y efectiva aplicación de leyes estrictas y modernas que permitan prevenir y sancionar esta conducta criminal y sus delitos conexos, así como la estructuración de órganos de investigación y procuración de justicia eficientes y plenamente capacitados, que cuenten con los recursos humanos y materiales necesarios para hacer frente al problema;

RESUELTOS a brindarse mutuamente la cooperación necesaria para combatir efectivamente el narcotráfico y la farmacodependencia y sus delitos conexos, dadas sus características de fenómenos de naturaleza y alcance internacionales;

ANIMADOS por el objetivo de que la cooperación a que se refiere el presente Acuerdo complemente la que ambas Partes se brindarán en cumplimiento de las obligaciones internacionales que asuman conforme a la Convención de las Naciones Unidas contra el Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Sustancias Sicotrópicas (en adelante denominada "la Convención"), adoptada en Viena, Austria, el 20 de diciembre de 1988;

Han acordado lo siguiente:

ARTICULO I

ALCANCE DEL ACUERDO

1. El propósito del presente Acuerdo es promover la cooperación entre las Partes a fin de que puedan combatir con mayor eficacia el narcotráfico, la farmacodependencia y sus delitos conexos, como el lavado de dinero, el crimen organizado, el desvío de precursores químicos, el tráfico ilegal de armas y el tráfico de personas y bienes, fenómenos que trascienden las fronteras de ambas Partes.

2. Las Partes cumplirán sus obligaciones derivadas del presente Acuerdo conforme a los principios de autodeterminación, no intervención en asuntos internos, igualdad jurídica y respeto a la integridad territorial de los Estados.

3. Una Parte no ejercerá en el territorio de la otra Parte competencias ni funciones que correspondan exclusivamente a las autoridades de esta otra Parte, conforme a su derecho interno y soberanía nacional.

ARTICULO II

AMBITO DE COOPERACION

1. Las Partes tomarán las medidas de cooperación necesarias para dar pleno efecto, entre ambas y de la manera más eficaz, a las obligaciones que asuman conforme a la Convención y procurarán llevar a cabo dicha cooperación, en la medida de lo posible, conforme a los objetivos y recomendaciones de la misma.

2. La asignación y aplicación de recursos humanos, financieros y materiales necesarios para la ejecución de programas concretos en materia de combate al narcotráfico y a la farmacodependencia, cuyas acciones se llevarán a cabo en un marco de corresponsabilidad, serán definidas en cada caso por las Partes, en la medida de sus posibilidades presupuestales.

3. Con apego a lo dispuesto por el Artículo I, la cooperación a que se refiere el presente Acuerdo procurará llevar a cabo programas, en cada uno de los Estados, destinados a:

- a) reducir la demanda ilícita de estupefacientes y sustancias sicotrópicas mediante actividades de prevención, tratamiento y conciencia pública;
- b) establecer sistemas eficaces de intercambio de información en materia de combate al narcotráfico, la farmacodependencia y sus delitos conexos, como el lavado de dinero, el crimen organizado, el desvío de precursores químicos, el tráfico ilegal de armas y el tráfico de personas y bienes, con absoluto respeto a la competencia de las autoridades nacionales;
- c) analizar las posibilidades de capacitar recursos humanos para fortalecer las acciones integrales de lucha contra el narcotráfico, a través de cursos, seminarios y talleres de capacitación;

- d) de manera general, todas aquellas actividades que se consideren pertinentes para alcanzar una mejor cooperación entre las Partes.

ARTICULO III

MECANISMO DE COOPERACION

Para los efectos del Artículo II de este Acuerdo, las Partes convienen en establecer un Comité Brasil-México de Cooperación contra el Narcotráfico, la Farmacodependencia y sus Delitos Conexos (en adelante denominado "el Comité").

ARTICULO IV

INTEGRACION DEL COMITE BRASIL-MEXICO DE COOPERACION

1. El Comité estará integrado por las autoridades que las Partes designen.
2. En el caso de la República Federativa del Brasil, las autoridades que integrarán el Comité serán el Consejo Federal de Entorpecentes (CONFEN), el Departamento de Policía Federal (DPF) y el Ministerio de las Relaciones Exteriores.
3. En el caso de los Estados Unidos Mexicanos, las autoridades que integrarán el Comité serán la Secretaría de Relaciones Exteriores y la Procuraduría General de la República.
4. Las autoridades de ambas Partes podrán solicitar de las instituciones públicas y privadas de sus respectivos Estados, relacionadas con la materia del presente Acuerdo, que presten la asesoría especializada y la asistencia técnica que de ellas se requieran.

ARTICULO V
FUNCIONES DEL COMITE

1. El Comité tendrá como función principal la de formular, por consenso de las autoridades de ambas Partes, recomendaciones a sus respectivos Gobiernos respecto a la manera más eficaz en que puedan prestarse cooperación, para dar efecto a las obligaciones asumidas por el presente Acuerdo, conforme a la Convención y los objetivos recomendados para tal propósito.

2. Cada autoridad elevará las recomendaciones del Comité a sus respectivos Gobiernos.

3. En el desempeño de su función principal, el Comité llevará a cabo otras funciones complementarias para promover, en el ámbito del combate al narcotráfico y la farmacodependencia, la aplicación más eficaz de otros instrumentos convencionales de carácter bilateral, vigentes entre las Partes y los que se adopten en el futuro, incluyendo los referentes a extradición, asistencia mutua en materia legal y ejecución de sentencias penales. Dichas funciones se desempeñarán de conformidad con lo establecido en el párrafo 1 de este Artículo.

ARTICULO VI
REUNIONES DEL COMITE

1. El Comité se reunirá en el lugar y fecha que, por la vía diplomática, convengan las autoridades, debiendo ser las Partes alternativamente sede de dichas reuniones.

2. Durante sus reuniones, el Comité aprobará sus informes y todas sus recomendaciones y decisiones acordadas por las autoridades.

ARTICULO VII

ENTRADA EN VIGOR

El presente Acuerdo entrará en vigor en la fecha en que los Gobiernos de las Partes se notifiquen, por la vía diplomática, que han cumplido con todos sus requisitos y procedimientos jurídicos internos.

ARTICULO VIII

DURACION Y TERMINACION DEL ACUERDO

Cualquiera de las Partes podrá dar por terminado el presente Acuerdo, en cualquier momento, mediante notificación por escrito y por la vía diplomática. En dicho caso, el Acuerdo terminará 4 (cuatro) meses después de la fecha de entrega de dicha comunicación.

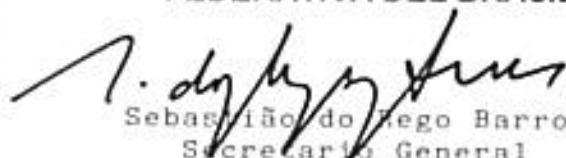
ARTICULO IX**REVISION**

Las Partes podrán revisar las disposiciones del presente Acuerdo y las modificaciones o enmiendas resultantes entrarán en vigor de conformidad con el Artículo VII.

EN FE DE LO CUAL, los abajo firmantes, debidamente autorizados por sus respectivos Gobiernos, firman el presente Acuerdo.

Hecho en la Ciudad de México, el 18 de noviembre de 1996, en dos ejemplares originales, en idiomas portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.

**POR EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA
FEDERATIVA DEL BRASIL**


Sebastião do Lago Barros
Secretario General
de las Relaciones Exteriores

**POR EL GOBIERNO DE LOS ESTADOS
UNIDOS MEXICANOS**


Rafael Estrada Sámano
Subprocurador Jurídico de la
Procuraduría General
de la República